

# PODER LEGISLATIVO



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

PROJETO DE LEI

Nº 307/2023

AUTORES:

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, DEPUTADO ALEXANDRE CURI, DEPUTADO  
ARTAGÃO JUNIOR

EMENTA:

ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE  
MARINHO E COSTEIRO DO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 307/2023

Estabelece procedimentos de proteção ao meio ambiente marinho e costeiro do Estado do Paraná, e dá outras providências.

**Art. 1º** Estabelece procedimentos de proteção ao meio ambiente marinho e costeiro a serem utilizados pelas embarcações fundeadas ou atracadas em áreas de zona costeiras, águas continentais ou baías do Estado do Paraná.

§ 1º As embarcações fundeadas ou atracadas nas zonas costeiras, águas continentais ou baías do Estado do Paraná deverão, por meio de armador, afretador, empresa especializada ou preposto, providenciar a instalação de barreira de contenção ao redor da embarcação durante todo o período de realização da atividade de estada no porto, atracada ou fundeada.

§ 2º Adicionalmente ao cerco preventivo com barreiras de contenção o armador, o afretador, a empresa especializada ou o preposto da embarcação deverão dispor de contrato de prontidão para resposta a emergência com disponibilidade de recursos adicionais para caso de premência.

§ 3º Quando forem realizados serviços de abastecimento, transposição de óleo e produtos nocivos ou perigosos, ou retirados resíduos das embarcações atracadas ou fundeadas, além das barreiras de contenção deverá ser mantida junto a operação, embarcação de propulsão dedicada, com equipe treinada e apta a utilizar recursos de combate e resposta a emergência a bordo, operada por empresa especializada a tomar pronta ação em caso de incidente ou acidente ambiental emergencial.

§ 4º Exclui da atividade mencionada no *caput* deste artigo as manobras de locomoção.

**Art. 2º** Os serviços de instalação de cercos de contenção preventivos e de resposta a emergência ambiental somente poderão ser realizados por empresas devidamente cadastradas nos órgãos ambientais estaduais



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

competentes com atividade, com objeto social específico para tais atividades.

**Art. 3º** Para a aprovação do cadastro, as empresas que executam os serviços referidos no art. 2º desta Lei deverão apresentar, anualmente, a via original e a cópia dos seguintes documentos:

I - Plano de Controle a Emergências - PCE, elaborado por profissional especializado em Serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, validada por comprovante de pagamento das taxas devidas ao conselho de classe competente a atividade;

II - Programa de Gerenciamento de Risco, conforme norma regulamentadora nacional vigente, contemplando os riscos ambientais relativos às atividades laborais inerentes, com cópias dos recibos de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs dos empregados, elaborado por profissional especializado em Serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, validada por comprovante de pagamento das taxas devidas ao conselho de classe competente a atividade;

III - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme norma regulamentadora nacional vigente, com os Atestados de Saúde Ocupacional de cada empregado, todos assinados por Médico do Trabalho e pelos empregados;

IV - Registro na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ como empresa de navegação de Apoio Portuário, bem como das embarcações utilizadas na operação, caso necessário;

V - Certificação Técnica Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para atividade de defesa ambiental;

VI - Licença da Operação ou documento de comprovação de dispensa de licenciamento emitido pelo órgão ambiental estadual competente;

VII - documentos de registro e inscrição das embarcações destinadas à navegação interior, de acordo com a Norma da Autoridade Marítima vigente;

VIII - Caderneta de Inscrição e Registro - CIR dos tripulantes;

IX - comprovante de cadastro junto ao órgão ambiental para emissão de manifesto de transporte e movimentação de resíduos;

X - instrumento contratual com empresa especializada para destinação final dos resíduos oleosos quando necessário no atendimento a emergências;



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

XI - comprovante de registro profissional em conselho competente a atividade de resposta a emergência ambiental;

XII - apresentação de responsável técnico registrado no quadro técnico da empresa junto ao conselho de classe profissional, com experiência mínima de cinco anos em resposta a emergência;

XIII - implementação de programa e certificação de treinamento para lançamento de barreiras de contenção e resposta aos incidentes de poluição por óleo, auditados de forma independente com certificação ISO para a atividade, inclusive a ISO 9001;

XIV - declaração de não enquadramento na vedação estabelecida no art. 7º desta Lei;

XV - comprovação da boa situação econômico-financeira por meio da apresentação de balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios já exigíveis e apresentados na forma da lei, auditados de forma independente, conforme as regras estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

XVI - instrumento de controle ambiental ou comprovação de dispensa de licenciamento emitido pelo órgão ambiental competente;

XVII - inventário dos materiais de resposta a emergência e localização de cada item por base de apoio;

XVIII - apresentação do dimensionamento da equipe de atendimento à emergência para cada uma de suas bases;

XIX - Declaração de Equipamentos, Ferramentas e Veículos;

XX - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART para o exercício da função de atendimento a acidentes e emergências do responsável técnico;

XXI - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica contendo CNAE(s) e informações básicas que permitam que a atuação da empresa no atendimento às emergências ambientais.

§ 1º Não serão cadastradas empresas para atendimento à emergência ambiental que envolva produtos perigosos explosivos ou radioativos, cabendo, a estas classes, normativas específicas, sem prejuízo da adoção das medidas estabelecidas no art. 1º desta Lei, quando possível.

§ 2º A aprovação do cadastro referido no art. 3º desta Lei se dará anualmente em resolução



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

específica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST.

§ 3º Deverá ser observado pelo Requerente da autorização uma profundidade mínima a contar do calado da embarcação até o fundo do mar, para evitar danos à biota local pelas turbinas.

§ 4º É vedado o cadastramento de empresas com patrimônio líquido negativo.

§ 5º As empresas interessadas deverão dispor de serviço telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias da semana, para contato em caso de emergência.

**Art. 4º** As empresas de emergência ambiental deverão dispor de instalação terrestre com equipamentos e materiais cujo dimensionamento de capacidade de resposta atenda ao volume de descargas de no mínimo TIER 2 de poluição por óleos devendo esses recursos estarem disponíveis no local da ocorrência em tempo inferior ao previsto no Anexo III da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 398, de 11 de junho de 2008 ou em norma que a substituir.

**Parágrafo único.** As autoridades responsáveis pelo cadastramento, bem como os demais órgãos ambientais competentes para execução da atividade de resposta a emergência, a fim de demonstrar sua capacidade conforme as premissas da Resolução nº 398, de 2008, do CONAMA ou de norma que a substituir, poderão requisitar um simulado pré-autorização, assim como um rotineiro.

**Art. 5º** As determinações desta Lei não se aplicam às embarcações que tiverem capacidade de carga inferior a 5.000 tpb (cinco mil toneladas de porte bruto).

**Parágrafo único.** Poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo as hipóteses de inaplicabilidade do disposto no *caput* deste artigo em função da atividade comercial praticada.

**Art. 6º** As empresas que descumprirem o estabelecido nesta Lei ficarão sujeitas às sanções previstas na legislação a serem aplicadas pela autoridade ambiental competente.

**Art. 7º** Deverão ter capacidade para executar de imediato as ações de respostas previstas para atendimento aos incidentes de poluição por óleo, nos seus diversos tipos, com emprego de recursos próprios, humanos e materiais, que poderão ser complementados com recursos adicionais de terceiros, por meio de acordos previamente firmados conforme premissas da Resolução nº 398, de 2008 do CONAMA ou da norma que a substituir.

**Art. 8º** Os serviços de formação de cercos de contenção preventivos e resposta à emergência estabelecidos no art. 2º desta Lei não poderão ser exercidos por empresas em situação de conflito de interesses, tais como as que forem controladas ou controladoras, subsidiárias, coligadas ou ainda pertencentes ao mesmo grupo



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

econômico de empresas potencialmente poluidoras.

Parágrafo único. As empresas que estiverem em condição de conflito de interesse que prestem serviço de gerenciamento de hidrocarbonetos e resposta à emergência, poderão contratar uma empresa independente que deverá cobrir todas as operações em que o conflito de interesses for direto.

**Art. 9º** A fiscalização do cumprimento do estabelecido nesta Lei será realizada Poder Executivo, o qual poderá editar normas complementares para sua fiel execução.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de abril de 2023.

**Ademar Luiz Traiano**

Deputado Estadual

**Alexandre Curi**

Deputado Estadual

**Artagão Júnior**

Deputado Estadual



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### JUSTIFICATIVA

A proposta se destina a estabelecer medidas preventivas e critérios de utilização dos equipamentos de proteção ambiental empregados pelas embarcações fundeadas ou atracadas em áreas de zona costeiras, águas continentais ou baías do Estado do Paraná.

Busca-se aperfeiçoamento de medidas preventivas empenhadas na manutenção do meio ambiente, evitando situações indesejáveis como a descarga ilegal e desconhecida de óleo, e, conseqüentemente, o equilíbrio da biosfera local.

O litoral do Estado do Paraná, com cerca de 100 km de extensão, refere-se ao relevo da Baixada Litorânea e à Região Imediata de Paranaguá. Apresenta uma importante área portuária, praias e ilhas. É formado por balneários, a Serra do Mar e quatro baías: Baía de Guaratuba, Baía de Paranaguá, Baía de Antonina e Baía das Laranjeiras (são aproximadamente 125 praias e balneários e mais de 57 ilhas). Assim, a proteção ao meio ambiente, de forma a torná-lo equilibrado é dever fundamental do Poder Público atribuído pelo art. 225 da Constituição Federal, cabendo a sua prestação efetiva por todos os entes da organização federativa.

O abastecimento de navios representa grande quantidade de óleo *bunker* (um óleo pesado com grande potencial de danos ao meio ambiente), sendo de suma importância - a fim de evitar danos ao meio ambiente e descarga ilegal e desconhecida de óleo - que além uma fiscalização efetiva haja uma equipe especializada, com equipamentos adequados.

Recentemente, as autoridades reportaram um vazamento de NAFTA em um dos terminais do Porto de Paranaguá. O fato gera altos riscos, em razão da toxicidade e da inflamabilidade da substância.

Resta necessário, portanto, a edição de uma norma para orientação da execução deste tipo de serviço de instalação de cerco preventivo durante os abastecimentos, com o objetivo de garantir que um terceiro, que não tenha conflito de interesses, possua expertise e compromisso, exclusivamente, para atuar, evitando e reportando casos de acidente por vazamento de óleo.

A instalação do cerco preventivo torna-se obrigatória para todos os navios atracados ou fundeados para garantir a integridade do ecossistema da região e também garantir que possíveis infratores sejam identificados e assumam suas responsabilidades, mitigando a ocorrência de “manchas órfãs”.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>



### DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2023, às 13:38, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



### DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2023, às 13:50, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



### DEPUTADO ALEXANDRE CURI

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2023, às 13:58, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **307** e o código CRC **1D6F8E2E4A3B9AA**





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### INFORMAÇÃO Nº 9155/2023

Informo que esta proposição foi apresentada na **Sessão Ordinária do dia 25 de abril de 2023** e foi autuada como **Projeto de Lei nº 307/2023**.

Curitiba, 25 de abril de 2023.

**Camila Brunetta**  
**Mat. 20.373**



**CAMILA BRUNETTA SILVA**

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2023, às 16:07, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **9155** e o código CRC **1E6D8C2B4C4E9DA**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### INFORMAÇÃO Nº 9178/2023

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 25 de abril de 2023.

**Danielle Requião**  
**Mat. 20.626**



**DANIELLE REQUIAO**

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2023, às 17:09, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **9178** e o  
código CRC **1D6B8B2A4D5F3DE**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

DESPACHO - DL Nº 5923/2023

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

**Dylliardi Alessi**  
**Diretor Legislativo**



**DYLLIARDI ALESSI**

Documento assinado eletronicamente em 28/04/2023, às 15:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **5923** e o  
código CRC **1D6B8E2C6D0F5DC**